



**ORDEM DO DIA  
PARA A 43ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
EM 17 DE JULHO DE 2018**

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

1 - Votação adiada - Projeto de lei nº 553, de 2005, de autoria do deputado Jonas Donizette. Proíbe a venda de bebidas com qualquer teor alcoólico pelos postos de combustíveis e pelas lojas de conveniência neles instaladas ou a eles conjugadas. Parecer nº 1220, de 2007, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável. Parecer nº 1221, de 2007, de relator especial pela Comissão de Saúde, favorável com emenda. Parecer nº 1222, de 2007, da Comissão de Finanças, favorável ao projeto e à emenda. Emenda ao Projeto de lei nº 215, de 2018, apresentada nos termos do inciso II do artigo 175 do Regimento Interno. Parecer nº 952, de 2018, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação, de Saúde e de Finanças, favorável à emenda. (Em anexo os Projetos de lei nºs 323 e 359, de 2011, 1014, de 2014, e 215, de 2018). Aprovado requerimento de preferência ao Projeto de lei nº 215, de 2018.

2 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 442, de 2007, (Autógrafo nº 30057), vetado totalmente, de autoria da deputada Ana do Carmo. Autoriza o Poder Executivo a implantar nos quadros funcionais das escolas estaduais um profissional na área de psicologia e um na área de assistência social. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

3 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1311, de 2007, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Inclui na grade curricular do ensino médio das redes pública e privada do Estado a disciplina "Estado, Cidadania e Ética". Pareceres nºs 653 e 654, de 2009, respectivamente, das Comissões de Justiça e de Educação, favoráveis. Parecer nº 655, de 2009, de relator especial pela Comissão de Finanças, favorável com emenda. (Em anexo os Projetos de lei nºs 613, de 2016, e 903 e 932, de 2017).

4 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 517, de 2011, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Institui o "Programa de Assistência Básica em Reprodução Humana". Pareceres nºs 937, 938 e 939, de 2012, respectivamente,

das Comissões de Justiça e Redação, de Saúde e de Finanças, favoráveis.

5 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1607, de 2015, (Autógrafo nº 31782), vetado totalmente, de autoria do deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. Dispõe sobre a inclusão das disciplinas Direito do Consumidor e Educação Fiscal na grade curricular do ensino médio das escolas do Estado. Parecer nº 167, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

6 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1638, de 2015, de autoria do deputado Milton Vieira. Acrescenta dispositivo no art. 4 da Lei nº 6.374, de 1989, que dispõe sobre o Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Pareceres nºs 955 e 956, de 2018, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças, favoráveis.

7 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 27, de 2017, (Autógrafo nº 32098), vetado totalmente, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Dispõe sobre os serviços e procedimentos farmacêuticos permitidos às farmácias e drogarias no âmbito do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

8 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 538, de 2017, de autoria do deputado João Caraméz. Autoriza o Poder Executivo a exigir do contribuinte do ICMS a aposição de Selo Fiscal de Controle e Procedência em todos os vasilhames retornáveis com volume superior a 4 litros e também, em todas as embalagens descartáveis que contenham água mineral, natural ou potável de mesa e adicionada de sais em circulação neste Estado ainda que proveniente de outra Unidade da Federação. Parecer nº 951, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação, favorável. Parecer nº 475, de 2018, da Comissão de Atividades Econômicas, favorável com emenda. Parecer nº 957, de 2018, da Comissão de Finanças, favorável ao projeto e contrário à emenda.

9 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 787, de 2017, de autoria do deputado Estevam Galvão. Isenta do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, os produtos que especifica. Parecer nº 954, de 2018, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças, favorável.

10 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 905, de 2017, (Autógrafo nº 32214), vetado totalmente, de autoria do deputado Roberto Massafera. Altera

dispositivos da Lei nº 1.093, de 1976, modificada pela Lei n.º 6.366, de 1988, que autoriza a instalação de postos ou estabelecimentos destinados à venda de produtos hortifrutigranjeiros, plantas ornamentais e frutíferas nas faixas de estradas de domínio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER - e em terrenos contíguos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

11 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1060, de 2017, (Autógrafo nº 32174), vetado totalmente, de autoria do deputado Luiz Fernando T. Ferreira. Proíbe os Policiais Rodoviários Estaduais que fiscalizam as rodovias estaduais posicionarem-se de maneira oculta aos condutores com a finalidade de aplicar sanções de trânsito. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

12 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 232, de 2018, de autoria do deputado Raul Marcelo. Institui diretrizes para a prestação de auxílio, proteção e assistência a policiais e servidores públicos vinculados à Secretaria de Estado de Segurança Pública e à Secretaria de Administração Penitenciária vítimas de violência no exercício de sua função ou em razão dela. Parecer nºs 729, da Comissão de Justiça e Redação, favorável. Parecer nº 965, de 2018, da Reunião Conjunta das Comissões de Segurança Pública e de Finanças, favorável com emenda.